

STJ00119950

**Fernando da Costa Tourinho Filho**

# **PRÁTICA DE PROCESSO PENAL**

**37ª Edição  
Revista e Atualizada**

Curitiba  
Juruá Editora  
2024

---

Visite nossos *sites* na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-65-263-1044-1**



Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** Luiz Augusto de Oliveira Junior

---

Tourinho Filho, Fernando da Costa.

T727 Prática de processo penal./ Fernando da Costa  
Tourinho Filho./ 37. ed. rev. e atual./ Curitiba: Jurua,  
2024.

672p.; 21cm

1. Processo penal. I. Título.

CDD 345.05 (22.ed)

CDU 343.1

# SUMÁRIO

---

<b>Capítulo 1 – DO INQUÉRITO POLICIAL.....</b>	<b>25</b>
1. RAZÃO DE SER DO INQUÉRITO.....	25
2. INQUÉRITOS EXTRAPOLICIAIS. FUNÇÕES DA POLÍCIA CIVIL.....	26
3. FIXAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA POLÍCIA CIVIL.....	26
4. FINALIDADE DO INQUÉRITO POLICIAL.....	26
5. CARACTERES DO INQUÉRITO POLICIAL.....	26
6. DILIGÊNCIAS QUE PODEM SER DETERMINADAS NO CURSO DA INVESTIGAÇÃO POLICIAL.....	27
7. PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO.....	31
8. PODE A AUTORIDADE POLICIAL ARQUIVAR AUTOS DO INQUÉRITO?.....	31
9. É INDISPENSÁVEL O INQUÉRITO?.....	31
10. QUALIFICAÇÃO DIRETA OU INDIRETA DO INDICIADO.....	32
11. O RELATÓRIO.....	32
12. A CONDUÇÃO COERCITIVA DO INDICIADO.....	32
13. COMO SE INICIA O INQUÉRITO POLICIAL?.....	32
14. COMO SABER SE TAL OU QUAL CRIME É DE AÇÃO PÚBLICA INCONDICIONADA OU CONDICIONADA OU DE AÇÃO PRIVADA?.....	33
15. COMO SE INICIA O INQUÉRITO POLICIAL NOS CRIMES DE AÇÃO PÚBLICA INCONDICIONADA?.....	35
16. MODELO DE PORTARIA. OBSERVAÇÕES.....	36
17. MODELO DE REQUISIÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA. OBSERVAÇÕES.....	38
18. MODELO DE REQUISIÇÃO DO JUIZ. OBSERVAÇÕES.....	38
19. MODELO DE REQUERIMENTO DA VÍTIMA. OBSERVAÇÕES.....	40
20. MODELO DE REPRESENTAÇÃO (REDUZIDA A TERMO). OBSERVAÇÕES.....	43
21. MODELO DE REPRESENTAÇÃO FEITA POR PROCURAÇÃO. MODELO DE PROCURAÇÃO. OBSERVAÇÕES.....	44
22. MODELO DE REQUERIMENTO PARA INSTAURAR INQUÉRITO EM CRIME DE AÇÃO PRIVADA. MODELO DE PROCURAÇÃO. OBSERVAÇÕES.....	46

<b>Capítulo 2 – DA PRISÃO EM FLAGRANTE</b> .....	53
1. O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE COMO PEÇA INICIAL DO INQUÉRITO. MODELO .....	53
2. SENTIDO DA EXPRESSÃO “FLAGRANTE DELITO” .....	56
3. FUNDAMENTO ATUAL .....	56
4. AS MODALIDADES DE FLAGRANTE.....	58
5. SUJEITO ATIVO E SUJEITO PASSIVO DA PRISÃO EM FLAGRANTE.....	59
6. A PRISÃO EM FLAGRANTE COMO ATO ADMINISTRATIVO.....	61
7. A PRISÃO EM FLAGRANTE NOS CRIMES DE AÇÃO PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO E NOS CRIMES DE AÇÃO PRIVADA .....	61
8. COMO SE LAVRA UM AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE .....	61
9. PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS A SEREM TOMADAS APÓS A LAVRATURA DO AUTO.....	62
10. PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO INICIADO POR AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE.....	65
11. O FLAGRANTE NOS CRIMES PERMANENTES E NOS CRIMES HABITUAIS ....	65
12. SE DEPUSEU NO AUTO APENAS UMA TESTEMUNHA, SERÁ VÁLIDA A PEÇA COERCITIVA? .....	66
13. OBSERVAÇÕES SOBRE A PRISÃO EM FLAGRANTE.....	66
14. FLAGRANTE PREPARADO E FLAGRANTE ESPERADO.....	69
15. MODELO DE PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA .....	72
<b>Capítulo 3 – DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA</b> .....	73
1. ETIMOLOGIA. NOÇÕES.....	73
2. CONCEITO .....	75
3. A FUNÇÃO DE JULGAR É EXCLUSIVA DO PODER JUDICIÁRIO?.....	75
4. CARACTERÍSTICOS .....	76
5. PRINCÍPIOS.....	77
6. DIVISÃO DA JURISDIÇÃO .....	80
7. COMPETÊNCIA .....	82
8. DELIMITAÇÃO DO PODER DE JULGAR.....	82
9. ONDE A CAUSA PENAL DEVE SER JULGADA?.....	84
10. PRERROGATIVA DE FUNÇÃO .....	87
10.1. Supremo Tribunal Federal.....	88
10.2. Superior Tribunal de Justiça.....	90
10.3. Superior Tribunal Militar .....	91
10.4. Tribunal Superior Eleitoral.....	91
10.5. Tribunais Regionais Eleitorais .....	92
10.6. Tribunais Regionais Federais .....	93

10.7. Tribunais de Justiça.....	94
10.8. Nosso Entendimento Quanto à Competência Originária <i>Ratione Personae</i> <i>Vel Muneris</i> dos Tribunais de Justiça.....	99
10.9. Crime Praticado Fora do Estado Onde o Beneficiário de Foro Privativo Exerce suas Atividades.....	100
10.10. Competência Originária Mesmo Cessada a Função.....	100
10.11. Problemas Especiais.....	108
11. CONEXÃO E CONTINÊNCIA.....	110
<b>Capítulo 4 – DA AÇÃO PENAL</b> .....	115
1. DIREITO DE AÇÃO.....	115
2. O PROCESSO.....	116
3. O PROCESSO, FORMA CIVILIZADA PARA A COMPOSIÇÃO DOS LITÍ- GIOS.....	117
4. AÇÃO PENAL: CONCEITO.....	118
5. CLASSIFICAÇÃO SUBJETIVA DA AÇÃO PENAL.....	118
6. DA AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA.....	119
7. AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA: PRINCÍPIOS.....	119
8. DA AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA.....	122
9. CRIMES CONTRA A HONRA COMETIDOS CONTRA FUNCIONÁRIO PÚ- BLICO EM RAZÃO DA FUNÇÃO.....	132
10. REQUISIÇÃO DO MINISTRO DA JUSTIÇA.....	134
11. COMO SE INICIA A AÇÃO PENAL: MEDIANTE DENÚNCIA OU QUEIXA... 136	
12. AS CONDIÇÕES DA AÇÃO: GENÉRICAS E ESPECÍFICAS.....	137
12.1 Condições Genéricas: Possibilidade Jurídica do Pedido, Legitimidade para Agir e Justa Causa.....	137
12.2 Condições Específicas da Ação.....	139
13. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA OU QUEIXA.....	140
14. QUE PROVIDÊNCIAS PODEM SER TOMADAS QUANDO O JUIZ REJEITA OU RECEBE A DENÚNCIA OU A QUEIXA?.....	143
15. PODE O ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DESISTIR DA AÇÃO PENAL?... 143	
16. COMO SE INSTAURA O PROCESSO.....	144
17. QUANDO O REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO RECEBE AU- TOS DE INQUÉRITO, QUE PROVIDÊNCIAS PODE TOMAR?.....	144
18. O QUE DEVE CONTER A DENÚNCIA?.....	144
19. MODELO DE DENÚNCIA.....	147
20. OBSERVAÇÕES PRÁTICAS SOBRE A ATIVIDADE DO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO AO RECEBER OS AUTOS DO INQUÉRITO.....	147
21. PRAZOS PARA A DENÚNCIA.....	148
22. O DESPACHO DO JUIZ RECEBENDO A DENÚNCIA.....	149

23. OUTRAS OBSERVAÇÕES.....	151
24. PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À POLÍCIA PARA NOVAS DILIGÊNCIAS.....	152
25. OBSERVAÇÕES.....	152
26. PODE A AUTORIDADE POLICIAL DEIXAR DE REALIZÁ-LA?.....	153
27. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO: MODELO.....	153
28. OBSERVAÇÕES.....	154
29. ARGUIÇÃO DE INCOMPETÊNCIA: MODELO.....	157
30. CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	157
31. CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES.....	162
<b>Capítulo 5 – DA AÇÃO PENAL PRIVADA.....</b>	<b>165</b>
1. OBSERVAÇÕES SOBRE A QUEIXA.....	165
2. A DECADÊNCIA DO DIREITO DE QUEIXA.....	167
3. PROCEDIMENTO DO JUIZ AO RECEBER A QUEIXA.....	168
4. A QUEIXA NOS CRIMES CONTRA A HONRA.....	170
4.1. A Perempção.....	170
5. O PERDÃO.....	171
6. CASO A OFENDIDA COMPLETE 18 ANOS E NÃO EXERÇA O DIREITO DE QUEIXA, AO ATINGIR OS 19 PODE SEU REPRESENTANTE LEGAL, QUE SOUBE TARDIAMENTE QUEM FOI O AUTOR DO CRIME, OFERECER QUEIXA?.....	171
7. AS CUSTAS DO PROCESSO.....	172
8. MODELO DE QUEIXA.....	172
9. MODELO DE PROCURAÇÃO.....	173
<b>Capítulo 6 – DA RESPOSTA DO RÉU.....</b>	<b>175</b>
1. É A RESPOSTA DO RÉU OBRIGATÓRIA OU FACULTATIVA?.....	175
2. EXEMPLO DE RESPOSTA DO RÉU.....	176
3. OBSERVAÇÕES SOBRE A RESPOSTA DO RÉU.....	176
<b>Capítulo 7 – DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO.....</b>	<b>179</b>
1. O ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO.....	179
2. EM QUE CASOS PODE HABILITAR-SE A VÍTIMA COMO ASSISTENTE?.....	179
3. A FUNÇÃO DO ASSISTENTE.....	180
4. OUVIDA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	180
5. CABE RECURSO DO DESPACHO DO JUIZ QUE ADMITE O ASSISTENTE? E SE NÃO O ADMITIR?.....	181
6. ATIVIDADE DO ASSISTENTE.....	181
7. EM QUE HIPÓTESES PODE RECORRER?.....	181

8. PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PELO ASSISTENTE .....	183
9. PODE O PODER PÚBLICO INTERVIR COMO ASSISTENTE? .....	184
10. A INTIMAÇÃO DA SENTENÇA .....	185
11. MODELOS DE PEDIDO DE HABILITAÇÃO DE ASSISTENTE.....	185
12. MODELO DE PROCURAÇÃO.....	186
13. MODELO DE MANDADO DE SEGURANÇA PARA A HIPÓTESE DE O JUIZ INDEFERIR O PEDIDO DE HABILITAÇÃO DO ASSISTENTE .....	187
<b>Capítulo 8 – DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO.....</b>	<b>189</b>
1. O FATO TÍPICO .....	189
2. A ANTIJURIDICIDADE.....	190
3. A CULPABILIDADE.....	191
4. A IMPUTABILIDADE.....	191
5. A IMPORTÂNCIA DO EXAME DE SANIDADE.....	191
6. CRITÉRIOS PARA AFERIR A INIMPUTABILIDADE .....	192
7. OS MENORES DE 18 ANOS .....	192
8. OS DOENTES MENTAIS.....	193
9. A EMBRIAGUEZ .....	193
10. A FUSÃO DOS ELEMENTOS ETIOLÓGICO E PSICOLÓGICO.....	195
11. COMO SE COMPROVA A INIMPUTABILIDADE? .....	195
12. OPORTUNIDADE PARA O EXAME DE INSANIDADE MENTAL .....	196
13. LEGITIMIDADE.....	197
14. PROCEDIMENTO .....	197
15. FORMULAÇÃO DOS QUESITOS.....	198
16. A DOENÇA MENTAL ANTES E DEPOIS DA PRÁTICA DA INFRAÇÃO .....	199
17. FICA O JUIZ VINCULADO À PERÍCIA?.....	200
<b>Capítulo 9 DA PROVA .....</b>	<b>201</b>
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROVA.....	201
1.1. Princípio da Inadmissibilidade das Provas Obtidas por Meios Ilícitos .....	207
2. DO INTERROGATÓRIO.....	212
2.1. Interrogatório no Presídio.....	213
3. OFENDIDO E TESTEMUNHAS.....	217
4. DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS .....	227
5. DA BUSCA E APREENSÃO .....	231
<b>Capítulo 10 – DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS .....</b>	<b>237</b>
1. CONCEITO DE PROCEDIMENTO .....	237
2. PROCESSO E PROCEDIMENTO .....	237

3. AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NO PROCESSO PENAL.....	239
4. FORMAS PROCEDIMENTAIS.....	241
5. PROCEDIMENTO NA HIPÓTESE DE FORO PELA PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....	241
5.1. Ação Penal Originária .....	243
5.2. A Sessão de Julgamento no Supremo Tribunal Federal .....	244
5.3. A Sessão de Julgamento no Superior Tribunal de Justiça .....	245
5.4. A Sessão de Julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região .....	245
5.5. A Sessão de Julgamento no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....	246
6. PROCEDIMENTO NA HIPÓTESE DE FORO SEM PRERROGATIVA DE FUNÇÃO: COMUM E ESPECIAL .....	248
7. PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO .....	249
8. PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO.....	250
9. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.....	252
10. PROCEDIMENTO DAS INFRAÇÕES CUJA PENA MÁXIMA NÃO ULTRAPASSE DOIS ANOS. INFRAÇÕES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO. A TRANSAÇÃO.....	254
11. O PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO .....	262
12. PROCEDIMENTO SUMÁRIO PARA AS INFRAÇÕES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO QUE NÃO PUDEREM SER JULGADAS NO JUIZADO NEM SE SUBORDINAREM AO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO .....	263
13. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E EM LEIS EXTRAVAGANTES .....	263
14. CRIMES DA COMPETÊNCIA DO JÚRI. PROCEDIMENTO .....	266
15. O JÚRI E SUAS LINHAS ESTRUTURAIS. A SOBERANIA DOS <i>VEREDICTA</i> .....	276
16. ANTECEDENTES.....	276
17. A INSTITUIÇÃO DO JÚRI NO BRASIL.....	277
18. TRAÇO MARCANTE DO JÚRI BRASILEIRO E DEMAIS CARACTERES .....	279
19. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO JÚRI .....	284
19.1. Abertura da Sessão.....	289
19.2. Multa aos Jurados.....	289
19.3. Prosseguimento dos Trabalhos.....	289
19.4. Comparecimento das Partes e das Testemunhas.....	289
19.5. Providências Iniciais para a Constituição do Conselho .....	290
20. QUESTIONÁRIO.....	294
20.1. Exemplos de Quesitação .....	296
20.1.1. Homicídio .....	296
20.1.2. Tentativa de homicídio .....	297
20.1.3. Tentativa branca.....	298
20.1.4. <i>Aberratio ictus</i> .....	298



20.1.5	Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio.....	298
20.1.6.	Infanticídio.....	299
20.1.7	Aborto provocado pela gestante.....	300
20.1.8.	Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante...300	
20.1.9.	Aborto provocado sem o consentimento da gestante .....	301
20.1.10.	Aborto qualificado .....	301
20.1.11.	Aborto terapêutico .....	301
20.1.12.	Inimputabilidade (art. 26 do CP).....	301
20.1.13.	Semi-imputabilidade .....	302
20.1.14.	Embriaguez completa ou a hipótese do art. 45 da Lei 11.343/2006...303	
21.	SENTENÇA CONDENATÓRIA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. DESCLASSIFICAÇÃO .....	305
22.	MODELO DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. OBSERVAÇÃO.....	306
23.	MODELO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. OBSERVAÇÃO .....	306
24.	MODELO DE SENTENÇA EM CASO DE DESCLASSIFICAÇÃO. OBSERVAÇÕES .....	307
<b>Capítulo 11 – OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS NO CPP .....</b>		<b>311</b>
1.	CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO. PROCEDIMENTO.....	311
1.1.	Procedimento .....	312
2.	CRIMES CONTRA A HONRA. PROCEDIMENTO.....	314
2.1.	Procedimento .....	314
3.	CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL. PROCEDIMENTO.....	317
3.1.	Procedimento .....	318
<b>Capítulo 12 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS EM OUTRAS LEIS....</b>		<b>321</b>
1.	CRIMES FALIMENTARES .....	321
2.	FORMALIDADES PREVISTAS NA LEI 11.101/2005.....	322
3.	CRÍTICAS E SUGESTÕES À NOVA LEI DE FALÊNCIAS .....	324
4.	OUTRAS FORMALIDADES PREVISTAS NA LEI DE FALÊNCIAS. PROCEDIMENTO .....	325
4.1.	Procedimento .....	326
5.	CRIMES DE IMPRENSA .....	327
6.	CRIMES ELEITORAIS. PROCEDIMENTO.....	328
6.1.	Procedimento .....	328
7.	ENTORPECENTES. PROCEDIMENTO.....	330
7.1.	Procedimento .....	330
8.	CRIMES CONTRA A FAUNA E A FLORA (LEI 9.605/1998).....	332
9.	CRIMES DE “LAVAGEM” OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES.....	333

10. OS CRIMES PREVISTOS NO ART. 14 DA LEI 7.505/1986, ARTS. 39 E 40 DA LEI 8.313/1991 E ART. 10 DA LEI 8.685/1993 .....	334
11. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE. PROCEDIMENTO .....	334
11.1. Procedimento .....	334
12. CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR. PROCEDIMENTO .....	335
13. CRIMES EM LICITAÇÕES. PROCEDIMENTO .....	337
13.1. Procedimento .....	337
<b>Capítulo 13 – PROCEDIMENTO DAS CONTRAVENÇÕES .....</b>	<b>339</b>
1. PRELIMINARES .....	339
2. O PROCEDIMENTO DAS CONTRAVENÇÕES ELEITORAIS .....	340
3. O PROCEDIMENTO DOS PROCESSOS POR CRIMES COMETIDOS POR PREFEITOS MUNICIPAIS. OBSERVAÇÃO .....	341
<b>Capítulo 14 – DAS ALEGAÇÕES .....</b>	<b>345</b>
1. ALEGAÇÕES FINAIS: EXEMPLO .....	345
2. OBSERVAÇÕES SOBRE AS ALEGAÇÕES FINAIS, ORAIS, OU DEBATES, NOS PROCEDIMENTOS ORDINÁRIO, SUMÁRIO E SUMARÍSSIMO .....	346
<b>Capítulo 15 – DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA .....</b>	<b>349</b>
1. DA PRISÃO .....	349
2. QUANDO É NECESSÁRIA A PRISÃO PROCESSUAL? .....	355
3. A PRISÃO DECORRENTE DE PRONÚNCIA E DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA RECORRÍVEL .....	357
4. DA PRISÃO PREVENTIVA .....	358
5. DA PRISÃO TEMPORÁRIA .....	363
6. ANOTAÇÕES SOBRE O FLAGRANTE .....	366
7. DA LIBERDADE PROVISÓRIA .....	367
8. DA FIANÇA. AS HIPÓTESES DE INAFIANÇABILIDADE .....	368
9. LIMITES DA FIANÇA .....	370
10. AUTORIDADE COMPETENTE PARA ARBITRAR O VALOR DA FIANÇA .....	371
11. EXTINÇÃO .....	371
12. FIANÇA SEM EFEITO E FIANÇA INIDÔNEA .....	372
13. REFORÇO .....	372
14. FIANÇA SEM OBJETO .....	373
15. CONDENAÇÃO .....	373
16. EXECUÇÃO .....	373
17. OBSERVAÇÃO .....	373

<b>Capítulo 16 – DA SENTENÇA</b> .....	375
1. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA: EXEMPLO.....	375
2. SENTENÇA CONDENATÓRIA: EXEMPLO.....	376
3. OBSERVAÇÕES SOBRE A SENTENÇA.....	377
<b>Capítulo 17 DAS NULIDADES</b> .....	389
1. NOÇÕES PRELIMINARES.....	389
2. ATO INEXISTENTE.....	389
3. ATOS NULOS E IRREGULARES .....	390
4. A NULIDADE .....	390
5. ATOS ESSENCIAIS.....	391
6. FORMALIDADES ESSENCIAIS.....	392
7. A CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS E DAS FORMALIDADES .....	392
8. INCOMPETÊNCIA, SUSPEIÇÃO E SUBORNO DO JUIZ .....	392
9. ILEGITIMIDADE DE PARTE.....	394
10. RELAÇÃO DOS ATOS ESTRUTURAIS.....	394
11. NULIDADES ABSOLUTAS E RELATIVAS NO CPP .....	398
12. MOMENTO PARA A ARGUIÇÃO DA NULIDADE.....	399
13. PODERÁ O JUIZ, SEM PROVOCAÇÃO, CONHECER DA NULIDADE? .....	399
14. QUEM PODE ARGUIR A NULIDADE? .....	399
15. MODOS DE SANABILIDADE .....	400
16. PODE HAVER NULIDADE EM INQUÉRITO?.....	400
<b>Capítulo 18 DOS RECURSOS</b> .....	403
1. CONCEITO. GENERALIDADES .....	403
2. FUNDAMENTO.....	404
3. PRESSUPOSTOS LÓGICO E FUNDAMENTAL.....	405
4. CLASSIFICAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA .....	406
5. PRESSUPOSTOS RECURSAIS OBJETIVOS .....	409
6. PRESSUPOSTOS RECURSAIS SUBJETIVOS .....	415
7. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE, OU PRELIBAÇÃO.....	415
8. EXTINÇÃO ANORMAL DOS RECURSOS.....	416
9. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS. RECURSOS ORDINÁRIO, EXTRAOR- DINÁRIO E ESPECIAL .....	417
10. RECURSOS VOLUNTÁRIO E NECESSÁRIO .....	417
11. EFEITOS DOS RECURSOS .....	419
12. UNIRRECORRIBILIDADE.....	422

<b>Capítulo 19 – DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO .....</b>	<b>423</b>
1. EXEMPLO DE INTERPOSIÇÃO .....	423
2. EXEMPLO DE RAZÕES. OBSERVAÇÃO .....	424
3. CONSIDERAÇÕES.....	425
4. O RECURSO EM SENTIDO ESTRITO .....	426
5. É TAXATIVA A ENUMERAÇÃO FEITA PELO ART. 581? .....	427
6. COMO PODE SER FEITA A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO? .....	428
7. O RECURSO EM SENTIDO ESTRITO SOBE NOS PRÓPRIOS AUTOS OU EM SEPARADO?.....	428
8. PRAZO PARA RAZÕES E CONTRARRAZÕES .....	428
9. PODE O JUIZ RETRATAR-SE? .....	429
10. E SE O JUIZ RETROCEDER, PODERÁ A PARTE CONTRÁRIA RECORRER? ..	430
11. A QUEM É ENDEREÇADO O RECURSO EM SENTIDO ESTRITO? .....	430
12. QUANDO O RECURSO EM SENTIDO ESTRITO DEVE SER ENDEREÇADO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL OU TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL? .....	431
13. É O RECURSO EM SENTIDO ESTRITO SEMPRE ENDEREÇADO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA?.....	431
14. AS DECISÕES QUE COMPORTAM RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	432
15. MODELO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO “POR TERMO NOS AUTOS” (RECURSO INTERPOSTO ORALMENTE) .....	437
16. EFEITOS .....	438
17. RECURSO <i>SECUNDUM EVENTUM LITIS</i> E RECURSO <i>PRO ET CONTRA</i> .....	439
<b>Capítulo 20 – DO RECURSO DE APELAÇÃO .....</b>	<b>441</b>
1. EXEMPLO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE APELO .....	441
2. EXEMPLO DE RAZÕES. OBSERVAÇÃO .....	442
3. EXEMPLO DE CONTRARRAZÕES .....	443
4. NOÇÕES .....	449
5. QUAIS AS DECISÕES QUE COMPORTAM O RECURSO DE APELAÇÃO?....	449
6. COMPORTA TODA SENTENÇA ABSOLUTÓRIA OU CONDENATÓRIA O RECURSO DE APELO?.....	450
7. COMO SE INTERPÕE A APELAÇÃO? .....	451
8. O PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DA APELAÇÃO E A SUA CONTAGEM... 451	
9. SE O JUIZ DENEGAR O RECURSO DE APELO, QUE PROVIDÊNCIA PODERÁ SER TOMADA? PRAZO PARA AS RAZÕES E CONTRARRAZÕES.....	452
10. QUANDO DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO NAS RAZÕES OU CONTRARRAZÕES PODEM SER JUNTADOS DOCUMENTOS?.....	453

11. PODE O APELANTE PROTESTAR PELO OFERECIMENTO DAS SUAS RAZÕES NA SUPERIOR INSTÂNCIA?.....	453
12. A QUEM É ENDEREÇADO O RECURSO DE APELO? .....	455
13. APELAÇÃO PLENA E LIMITADA.....	455
14. PRAZO PARA A REMESSA DOS AUTOS À SUPERIOR INSTÂNCIA.....	456
15. PRESSUPOSTOS PRÓPRIOS DO RECURSO DE APELO .....	456
16. EXTINÇÃO ANORMAL DA APELAÇÃO .....	457
17. EM QUALQUER APELAÇÃO, FUNCIONA O JUÍZO <i>AD QUEM SEMPRE COMO JUDICIUM RESCINDENS E JUDICIUM RESCISSORIUM?</i> .....	459
18. A APELAÇÃO SOBE NOS PRÓPRIOS AUTOS?.....	461
19. O § 4º DO ART. 593.....	462
20. A APRESENTAÇÃO DE RAZÕES NA SUPERIOR INSTÂNCIA SOMENTE É POSSÍVEL NA APELAÇÃO?.....	462
21. APELAÇÃO SUMÁRIA E APELAÇÃO ORDINÁRIA .....	462
22. EFEITOS DO RECURSO DE APELAÇÃO .....	463
23. TEM A APELAÇÃO DO ASSISTENTE EFEITO SUSPENSIVO?.....	463
24. A PROIBIÇÃO DA <i>REFORMATIO IN PEJUS</i> .....	463
<b>Capítulo 21 – DO PROTESTO POR NOVO JÚRI .....</b>	<b>469</b>
1. ABOLIÇÃO DO PROTESTO .....	469
<b>Capítulo 22 – DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE.....</b>	<b>471</b>
1. MODELO DE INTERPOSIÇÃO COM AS RESPECTIVAS RAZÕES. OBSERVAÇÃO .....	471
2. MODELO DE PARECER DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA .....	472
3. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	473
4. OS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE.....	474
5. PRAZO PARA A SUA INTERPOSIÇÃO E RESPECTIVO PROCEDIMENTO ..	475
6. SÃO OS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Oponíveis CONTRA QUALQUER DECISÃO NÃO UNÂNIME DE SEGUNDA INSTÂNCIA? ..	476
7. A PARTICULARIDADE DOS EMBARGOS INFRINGENTES NA JUSTIÇA MILITAR.....	477
8. PARA A INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DEVE O RÉU RECOLHER-SE À CADEIA?.....	477
9. OS EMBARGOS NO STF.....	477
10. OS EMBARGOS NO STJ .....	479
11. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	479
<b>Capítulo 23 – DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....</b>	<b>481</b>
1. MODELO.....	481

2. GENERALIDADES .....	482
3. QUANDO PODEM SER OPOSTOS.....	482
4. A QUEM SÃO DIRIGIDOS.....	482
5. PROCEDIMENTO .....	483
6. CABE RECURSO DO DESPACHO DO RELATOR QUE INDEFERE LIMINARMENTE O REQUERIMENTO? .....	483
7. QUEM PODE INTERPOR OS EMBARGOS? .....	484
8. QUEM OS JULGA? .....	484
9. OS EMBARGOS NA INFERIOR INSTÂNCIA .....	484
10. RETRATABILIDADE .....	484
11. SUSPENDEM O PRAZO DE OUTRO EVENTUAL RECURSO? .....	484
12. EXTENSÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.....	485
<b>Capítulo 24 – DA CARTA TESTEMUNHÁVEL .....</b>	<b>487</b>
1. EXEMPLO DE INTERPOSIÇÃO DE CARTA TESTEMUNHÁVEL. OBSERVAÇÃO .....	487
2. EXEMPLO DE RAZÕES.....	488
3. EXEMPLO DE CONTRARRAZÕES .....	489
4. OBSERVAÇÕES SOBRE A CARTA TESTEMUNHÁVEL .....	490
5. SE O RECURSO DENEGADO FOR O EXTRAORDINÁRIO, CABERÁ CARTA TESTEMUNHÁVEL?.....	490
6. O PRAZO PARA SER REQUERIDA A CARTA TESTEMUNHÁVEL .....	491
7. A OBRIGAÇÃO DO ESCRIVÃO DE FORNECER RECIBO AO TESTEMUNHANTE.....	491
8. TEM A CARTA TESTEMUNHÁVEL EFEITO SUSPENSIVO? .....	492
9. QUAL O PROCEDIMENTO DA CARTA TESTEMUNHÁVEL NA SEGUNDA INSTÂNCIA? .....	492
10. RAZÕES HISTÓRICAS DA CARTA TESTEMUNHÁVEL .....	492
11. COMO SE CONTA O PRAZO .....	493
<b>Capítulo 25 – DA CORREIÇÃO PARCIAL .....</b>	<b>495</b>
1. MODELO .....	495
2. EXEMPLO DE RAZÕES.....	496
3. EXEMPLO DE CONTRARRAZÕES.....	496
4. GENERALIDADES .....	497
5. CABIMENTO.....	497
6. ADMITE-SE A CORREIÇÃO NO PROCESSO CIVIL? .....	498
7. ORIGEM.....	498
8. SURGIMENTO DA CORREIÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO .....	499

9. É INCONSTITUCIONAL? .....	499
10. É RECURSO?.....	499
11. PROCEDIMENTO .....	500
<b>Capítulo 26 – DO HABEAS CORPUS</b> .....	503
1. EXEMPLO DE IMPETRAÇÃO DE <i>HABEAS CORPUS</i> PERANTE O JUIZ DE DIREITO .....	503
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O <i>HABEAS CORPUS</i> .....	505
3. SE O <i>HABEAS CORPUS</i> NÃO É UM RECURSO, QUAL A SUA NATUREZA JURÍDICA?.....	506
4. A DOCTRINA BRASILEIRA DO <i>HABEAS CORPUS</i> .....	507
4.1. Teoria Brasileira do <i>Habeas Corpus</i> : Exemplo.....	507
5. PODE O <i>HABEAS CORPUS</i> SER IMPETRADO POR QUALQUER PESSOA? ...	509
6. QUANDO O JUIZ, AO RECEBER CÓPIA DO FLAGRANTE, RELAXA A PRISÃO, ESTÁ CONCEDENDO <i>HABEAS CORPUS</i> DE OFÍCIO? .....	509
7. QUAL O ÓRGÃO COMPETENTE PARA CONHECER DO PEDIDO DE <i>HABEAS CORPUS</i> ? .....	510
8. A COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA .....	510
9. A COMPETÊNCIA RECURSAL.....	516
10. SE, IMPETRADA A ORDEM DE <i>HABEAS CORPUS</i> , O TRIBUNAL DENEGÁ-LA, QUE PROVIDÊNCIA PODERÁ SER TOMADA?.....	517
11. PODEM OS ÓRGÃOS INFERIORES DA JUSTIÇA MILITAR CONHECER DE PEDIDOS DE <i>HABEAS CORPUS</i> ? .....	518
12. SE O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DENEGAR A ORDEM DE <i>HABEAS CORPUS</i> , QUE RECURSO SERÁ O PONÍVEL? .....	518
13. SE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA OU QUALQUER OUTRO TRIBUNAL (MENOS O REGIONAL ELEITORAL) DENEGAR O RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL, QUE PROVIDÊNCIA PODERÁ SER TOMADA? .....	518
14. ALGUNS CASOS DE <i>HABEAS CORPUS</i> .....	519
15. AS INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS PELA AUTORIDADE COATORA .....	519
16. EXEMPLOS DE <i>HABEAS CORPUS</i> IMPETRADOS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	520
17. OBSERVAÇÕES SOBRE O <i>HABEAS CORPUS</i> .....	526
18. A SUSTENTAÇÃO ORAL DO <i>HABEAS CORPUS</i> .....	526
19. EXEMPLO DE <i>HABEAS CORPUS</i> IMPETRADO AO STJ .....	526
20. OUTRAS OBSERVAÇÕES SOBRE O <i>HABEAS CORPUS</i> .....	527
21. PODE O PEDIDO DE <i>HABEAS CORPUS</i> SER REITERADO? .....	528
22. PODE O <i>HABEAS CORPUS</i> BENEFICIAR OUTRAS PESSOAS MESMO QUE NÃO TENHAM IMPETRADO A ORDEM? .....	528

23. E SE O TRIBUNAL CONCEDER A ORDEM, PODERÁ SER INTERPOSTO RECURSO EXTRAORDINÁRIO?.....	528
24. NAS TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES CABE <i>HABEAS CORPUS</i> ?.....	529
25. E SE O PRESIDENTE DO TRIBUNAL INDEFERIR, LIMINARMENTE, A ORDEM DE <i>HABEAS CORPUS</i> , QUE PROVIDÊNCIA PODERÁ SER TOMADA? ...	530
26. PODE SER IMPETRADA ORDEM DE <i>HABEAS CORPUS</i> CONTRA ATO DO PARTICULAR?.....	531
27. O <i>HABEAS CORPUS</i> PREVENTIVO E O LIBERATÓRIO .....	531
28. FINALIDADE DO <i>HABEAS CORPUS</i> .....	534
29. APRESENTAÇÃO DO PACIENTE .....	534
30. SANÇÕES .....	534
31. PEDIDO DE INFORMAÇÕES .....	535
32. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	535
33. COMO PODE SER IMPETRADA A ORDEM?.....	535
34. CONCESSÃO.....	536
35. NÃO CABIMENTO .....	536
36. O DIREITO PROTEGIDO PELO <i>HABEAS CORPUS</i> .....	537
37. FOI A PALAVRA “IMINÊNCIA”, CONTIDA NO CORPO DO ART. 647 DO CPP, ABOLIDA PELA CONSTITUIÇÃO?.....	537
38. LIMINAR EM <i>HABEAS CORPUS</i> .....	538
<b>Capítulo 27 – DO RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>541</b>
1. EXEMPLO DE INTERPOSIÇÃO.....	541
2. EXEMPLO DAS RAZÕES .....	541
3. TRÊS TIPOS DE RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	543
4. O RECURSO CRIMINAL ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL, NA HIPÓTESE DO ART. 102, II, “B”, DA MAGNA CARTA .....	543
5. O RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	545
6. PROCEDIMENTO .....	545
<b>Capítulo 28 – DA REVISÃO CRIMINAL.....</b>	<b>547</b>
1. EXEMPLO DE PROPOSITURA DE REVISÃO CRIMINAL.....	547
2. APRESENTADA A PETIÇÃO, QUE PROVIDÊNCIA DEVE SER TOMADA?...	548
3. GENERALIDADES .....	548
4. O ERRO JUDICIÁRIO E A COISA JULGADA .....	550
5. A REVISÃO ● <i>PRO SOCIETATE</i> .....	551
6. A REVISÃO CRIMINAL NO BRASIL .....	552
7. A NATUREZA JURÍDICA .....	553
8. PRESSUPOSTO PRIMORDIAL DA REVISÃO .....	555



9. OPORTUNIDADE .....	555
10. LEGITIMIDADE.....	555
11. PODE O MINISTÉRIO PÚBLICO REQUERER A REVISÃO? .....	556
12. A REVISÃO E A DECISÃO DO JÚRI.....	557
13. COMPETÊNCIA .....	561
14. OS FUNDAMENTOS DO PEDIDO .....	562
15. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE .....	563
16. UNIFICAÇÃO DE PENAS .....	564
17. REVISÃO PARA AUMENTAR A PENA.....	565
18. PODE O TRIBUNAL CONCEDER MAIS DO QUE LHE FOI PEDIDO?.....	565
19. PRECISA O CONDENADO RECOLHER-SE À CADEIA? .....	566
20. CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA .....	566
21. AS REGRAS DOS ARTS. 621 E 626 DO CPP.....	566
22. ABSOLVIÇÃO E REVISÃO .....	566
23. PRAZO .....	567
24. O PEDIDO .....	567
25. PROCEDIMENTO .....	568
26. JULGAMENTO.....	569
27. IMPROCEDÊNCIA.....	569
28. PROCEDÊNCIA.....	569
29. CONSEQUÊNCIAS .....	570
30. ANULADO O PROCESSO, PODERÁ SER AUMENTADA A PENA?.....	570
31. REITERAÇÃO .....	572
32. SENTENÇA ESTRANGEIRA .....	573
33. A JUSTIÇA ELEITORAL.....	573
34. MORTE DO CONDENADO.....	573
35. A INDENIZAÇÃO .....	573
<b>Capítulo 29 – DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....</b>	<b>575</b>
1. NOÇÕES GERAIS .....	575
2. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: CONCEITO.....	575
3. A DENOMINAÇÃO “EXTRAORDINÁRIO” .....	577
4. OUTRAS FUNÇÕES DO STF .....	577
5. QUANDO É CABÍVEL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO?.....	577
6. LEGITIMIDADE.....	579
7. PROCEDIMENTO .....	579
8. DENEGAÇÃO. RECURSO Oponível.....	582

9. PROCEDIMENTO NO JUÍZO <i>AD QUEM</i> .....	582
10. PROBLEMAS ESPECIAIS. O PREQUESTIONAMENTO .....	583
11. RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL.....	584
12. MODELO .....	588
13. SÚMULAS DO STF EM MATÉRIA CRIMINAL .....	590
13.1. Súmulas Vinculantes.....	597
<b>Capítulo 30 – DO RECURSO ESPECIAL .....</b>	<b>599</b>
1. O RECURSO ESPECIAL.....	599
2. QUANDO CABE.....	599
3. FINALIDADE .....	604
4. PROCEDIMENTO .....	605
5. DENEGAÇÃO.....	606
6. OUTRAS FUNÇÕES DO STJ.....	607
7. SÚMULAS DO STJ EM MATÉRIA CRIMINAL .....	607
8. SÚMULAS DO EXTINTO TFR EM MATÉRIA CRIMINAL.....	614
9. MODELOS .....	614
<b>Capítulo 31 – DOS AGRAVOS .....</b>	<b>629</b>
1. OS AGRAVOS NO PROCESSO PENAL.....	629
2. HISTÓRICO .....	629
3. O AGRAVO DE INSTRUMENTO NO PROCESSO PENAL E O AGRAVO NOS AUTOS .....	630
4. MODELOS DE AGRAVO NOS AUTOS.....	631
5. O AGRAVO EM EXECUÇÃO .....	639
6. MODELO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO.....	640
7. O AGRAVO REGIMENTAL.....	643
8. MODELO DE AGRAVO REGIMENTAL.....	643
9. O RECURSO INOMINADO.....	644
10. RECLAMAÇÃO.....	644
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>645</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>651</b>